

REPERCUSSÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO: uma análise do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM no município de São Luís – MA¹

Andressa Jorgeana da Silva Ferreira

Graduanda do curso de Pedagogia e bolsista do PIBIC (UFMA)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA; E-mail: dessinha14_@hotmail.com

Verônica Lima Carneiro Moreira

Doutora em Educação e professora da UFMA

Universidade Federal do Maranhão – UFMA; E-mail: vercar1407@gmail.com

Resumo

O artigo se refere às repercussões que as avaliações de larga escala, notadamente o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, vêm produzindo sobre o ensino médio no Estado do Maranhão, especificamente no município de São Luís, com o objetivo de verificar quais os principais impactos desse modelo avaliativo sobre a escola média. Nessa perspectiva, cabe destacar que o ENEM se insere, nesse contexto, como parte de um conjunto de reformas no campo educacional e, de forma mais ampla, de reformas do Estado brasileiro. Constatou-se, no âmbito dessa pesquisa, uma crescente exigência para que os professores passem a atuar cada vez mais focados nos resultados dos exames, em detrimento do próprio processo educacional, favorecendo um controle central do mesmo, com reflexos sobre a atividade docente, desconsiderando, ainda, a histórica desvalorização do trabalho docente.

Palavras-Chave: Avaliações de larga escala. Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade apresentar uma síntese dos resultados obtidos a partir da realização de uma pesquisa referente às repercussões que as avaliações de larga escala, notadamente o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, vêm produzindo sobre o ensino médio no Estado do Maranhão, especificamente no município de São Luís, visando verificar quais os principais impactos desse modelo avaliativo sobre a escola média, as atuais responsabilidades imputadas aos profissionais da educação a partir do ENEM e às condições do seu trabalho, bem

¹ O artigo foi produzido a partir de uma pesquisa realizada junto ao PIBIC (UFMA), no período de agosto/2015 a junho/2016, sob a orientação da Profa. Dra. Verônica Lima Carneiro Moreira, com o objetivo de identificar como as avaliações de larga escala, em específico o ENEM, vem interferindo no trabalho docente do Ensino Médio, no município de São Luís – MA.

como identificar possíveis estratégias de adaptação, organização e resistências frente a essas novas atribuições e intensificação da jornada de trabalho.

Trata-se de um estudo relevante, sobretudo pelo fato de que o ENEM, atualmente, é considerado a maior avaliação nessa modalidade na América Latina, avaliando quatro áreas do saber, que são: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias. O Enem é tido, ainda, pelo Governo Federal, como um dos grandes responsáveis por definir prioridades e servir de base para a elaboração de novas políticas educacionais. Com o exame, averigua-se o desempenho do aluno ao término do ensino médio, bem como as competências desenvolvidas por ele. Ademais, a partir disso, a escola pode, supostamente, se avaliar e planejar ações para melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Constatou-se uma crescente exigência para que os professores trabalhem focados nos resultados dos exames, favorecendo um controle central do mesmo, com reflexos sobre a atividade docente, dado que as avaliações em larga escala dificultam uma ligação maior com a realidade cotidiana dos estudantes, das escolas, das regiões e dos diversos estados brasileiros, contrariando os objetivos pedagógicos das avaliações e os princípios em prol de uma educação emancipadora, desconsiderando, ainda, a histórica desvalorização do magistério, configurada por meio de baixos salários, más condições de trabalho, ausência de um plano de cargos e carreira, formação inicial e continuada extremamente precária, o que, de acordo com a política atual, tende a ser vista, cada vez mais como responsabilidade do trabalhador, em detrimento do poder público.

METODOLOGIA

Esta pesquisa constituiu um estudo de caso, desenvolvido na rede estadual de educação do Maranhão, na perspectiva de compreender o trabalho docente no Ensino Médio, a partir das demandas e exigências postas com a implantação do referido exame. A construção do campo da pesquisa se deu por meio da seleção de escolas estaduais de ensino médio situadas no município de São Luís – MA, com destaque para: a) a escola melhor pontuada no Enem; b) a escola pior pontuada no Enem; e, c) uma escola que tenha apresentado resultado mediano no Enem, tomando-se como referência os resultados divulgados pelo Inep mais recentemente.

O projeto de pesquisa foi desenvolvido em três etapas, conforme ressaltamos a seguir: a) investigação bibliográfica; b) investigação documental; c) investigação de base empírica. Na primeira etapa, foram discutidos, sob a forma de estudos dirigidos, os fundamentos teóricos relativos às políticas educacionais no contexto do Estado avaliador, com foco no ensino médio, enfatizando, especialmente, as questões referentes às políticas de avaliação, revisitando a literatura nacional e estrangeira sobre o tema.

Na segunda etapa do trabalho, fizemos o levantamento e análise da legislação oficial concernente ao Ensino Médio e ao Enem, tais como: a LDBEN Nº 9.394/96, a Portaria MEC nº 438, de 28/05/1998, que instituiu o Enem, o Programa “Ensino Médio Inovador”, de 2009, a Portaria INEP nº 04, de 11/02/2010, segundo a qual esse exame passou a certificar a conclusão do ensino médio, a Lei Nº 13.005/14, referente ao PNE 2014-2024, segundo a qual o Enem deverá “substituir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação”, visando “apurar o valor agregado dos cursos de graduação” (BRASIL, 2014), dentre outros.

E, por último, mas não menos importante, foi desenvolvido um estudo de natureza empírica, por meio de entrevistas com dois professores que atuam no ensino médio, em cada uma das Escolas selecionadas, no total, seis entrevistas. As referidas entrevistas foram realizadas de forma semi-diretiva e intencional, abordando questões relativas às avaliações em larga escala, focando especificamente no Enem e suas repercussões sobre a atividade docente.

Para a análise das informações obtidas através da coleta de dados, durante o processo de desenvolvimento da investigação, lançamos mão da análise de conteúdo como metodologia para a análise dos dados levantados. Nesse sentido, estudos de diferentes autores, como Afonso (2001), Barreto (2001), Moretto (2002), Oliveira (2004), Hoffmann (2000), dentre outros, discutem as transformações advindas de novos modos de regulação e sua repercussão sobre a gestão da educação, incluindo as redes de ensino e o trabalho docente, que passam a ser calcados em critérios de eficiência, produtividade e excelência, muitas vezes guiados por padrões internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a realização da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tem-se, como resultados, que, na década de 1990, as políticas educacionais instituídas no Brasil, apresentaram

como ponto central a implementação das avaliações externas ou de larga escala, as quais passaram a assumir uma importância estratégica para a educação, como forma de aferir os dados e as informações consideradas relevantes para a (re)definição e a gestão das políticas educacionais, sendo o ENEM uma dessas políticas.

O ENEM constitui a maior avaliação nessa modalidade em toda a América Latina, servindo de “base para o estabelecimento de prioridades e criação de novas políticas educacionais”, bem como para “alertar pais, alunos, professores, estudantes, diretores e gestores das redes de ensino para os desafios e dificuldades de cada região, além de “servir de referência para o professor implementar a reforma do Ensino Médio em sala de aula, desenvolvendo os conteúdos de forma contextualizada e interdisciplinar” (<http://www.mec.gov.br>).

Entretanto, foi possível apreender que o modelo de avaliação proposto pelo novo ENEM, contrariamente ao discurso da democratização do acesso ao ensino superior, apresenta uma concepção ranqueadora e produtivista de avaliação, se contrapondo aos princípios defendidos por uma educação emancipatória, que forme para uma sociedade de fato democrática, que valorize uma educação pública, gratuita e de qualidade social, refutando uma avaliação preocupada apenas com aspectos quantitativos do processo.

Muitas vezes, avaliações estandardizadas do tipo do ENEM, não obstante afirmem desejar contribuir com a qualidade do ensino, ao lançar mão de provas construídas a partir de determinadas Matrizes de Referência, estão impossibilitadas de fazer qualquer ligação com a realidade cotidiana dos estudantes, das escolas, das regiões e dos diversos estados brasileiros, reconfigurando a educação, a partir da valorização das avaliações externas enfraquecendo e precarizando o trabalho e a prática docente, tendo como diretriz a necessidade de formação de professores “dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho” (<http://www.mec.gov.br>). E, como afirma Oliveira (2004), é “uma imposição procedimentos de controle técnico sobre o currículo das escolas”.

Constata-se uma crescente exigência para que os professores passem a atuar cada vez mais focados nos resultados dos exames, em detrimento do próprio processo educacional, à revelia da histórica desvalorização do magistério, configurada por meio de baixos salários, más condições de trabalho, ausência de um plano de cargos e carreira, formação inicial e continuada extremamente precária, o que, de acordo com a política atual, tende a ser vista, cada vez mais como responsabilidade do trabalhador, em detrimento do poder público.

Assim, a análise dos resultados obtidos dá conta de que, o ENEM não vem promovendo a propagação da democratização, à medida que seus indicadores desconsideram as diversificadas realidades e particularidades dos mais diferentes contextos educacionais do país. O que se verifica na prática é o aumento do controle do Estado sobre as questões curriculares, bem como sobre os recursos financeiros aplicados no setor educacional, alterando substancialmente as formas de regulação do sistema educacional escolar, por meio da avaliação. Segundo Barreto (2001, p. 57), “a avaliação [...] ganha importância nunca antes experimentada no cenário educacional, tornando-se componente imprescindível das reformas educativas”.

Assim, constata-se que o Estado avaliador vem se expressando, sobretudo, a partir da promoção exacerbada da competição imposta às escolas, pela via das avaliações estandardizadas, exercendo forte pressão sobre as instituições escolares, com a predominância de um instrumentalismo mercantil que institui a supervalorização dos indicadores e dos resultados, em detrimento das especificidades dos processos educativos nos variados contextos educacionais (AFONSO, 2001).

CONCLUSÕES

Na pesquisa empírica realizada na rede estadual de educação no município de São Luís - MA, por meio de uma amostra constituída por 3 escolas previamente selecionadas a partir de seus resultados no Enem, levantamos informações que dão conta de que, em nível local, a situação não tem sido diferente do que tem ocorrido no cenário nacional e internacional. Nesse sentido, ressaltamos que, ao discutirmos a questão do ENEM e das avaliações externas de uma forma geral, concordamos com Moretto (2002), quando o mesmo afirma que “avaliar a aprendizagem está profundamente relacionada com o processo do ensino e, portanto, deve ser conduzido como mais um momento em que o aluno aprende”.

O modelo de prova do tipo do ENEM, entretanto, não se presta a essa finalidade, invertendo, assim, o objetivo da avaliação, que deve ser processual, além de considerada mais um momento de aprendizagem. Portanto, concordamos também com Hoffmann (2000), quando a autora afirma que a avaliação só faz sentido se tiver como objetivo a busca de novas possibilidades para uma melhor aprendizagem, de modo que a avaliação baseada na lógica do exame não atende a essa premissa, mas, sim, a exigências de natureza burocrática, com vistas a verificar formalmente a

presença ou não de determinado conhecimento, porém, possui limitações ao indicar quais saberes o educando possui ou indagar sobre quais os referenciais interpretativos do professor.

É importante destacar que foi possível constatar que o Enem se apresenta um tanto ambivalente, dada a diversidade de objetivos e finalidades a que se presta e seus impactos sobre o trabalho docente são amplos e preocupam em razão das crescentes demandas e exigências colocadas ao trabalhador que atua nesse nível de ensino.

Portanto, ao tentarmos compreender as consequências que esse modelo de avaliação vem produzindo sobre o ensino médio, dadas as novas configurações a que o trabalho docente tende a ser submetido, constatamos que a partir da implementação desse exame, passou a haver forte pressão por resultados, alterando a prática e o fazer docente, que foram sendo forçados a se adequarem crescentemente ao referido exame. A análise dos documentos e a coleta de dados revelaram a existência de um confronto entre o atual contexto das avaliações externas (Enem), como uma avaliação externa padronizada, de um lado, e, de outro, o trabalho docente no ensino médio na rede estadual de ensino do município de São Luís - MA, cujos sujeitos revelaram que vêm sendo instados a apreender novos saberes e competências para fazer frente às demandas postas pelo atual cenário econômico e pelo mercado capitalista em expansão, supostamente em favor de uma qualidade educacional, à revelia das condições objetivas de trabalho que são extremamente precárias na maioria das escolas públicas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2000.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A avaliação da educação básica entre dois modelos.** Revista Educação & Sociedade, nº 75, Ano XXII, agosto, 2001, p.48- 66.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contra pontos do pensar ao agir em avaliação.** Porto Alegre: mediação, 2000.

MORETTO, Vasco Pedro. **PROVA: um momento privilegiado do estudo não um acerto de contas.**, 3ª edição, DP&A, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Educ. Soc., Dez 2004, vol.25, nº 89, p.1127-1144. SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo.** São Paulo, Cortez. 2006. 14